

**COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO AO PAGAMENTO
DE RENDAS EXCESSIVAS AOS PRODUTORES DE
ELETRICIDADE**

[Resolução da Assembleia da República n.º 126/2018, de 17 de maio]

Reunião n.º 3

14 de junho de 2018

(13,37h – 14,00h)

Ordem do dia:

1. Apreciação e votação das propostas de audições a realizar no âmbito da CPI;
2. Outros Assuntos

Presidente da Comissão: Maria Mercês Borges

Deputados:

Luís Moreira Testa (PS)

Jorge Duarte Costa (BE)

Hélder Amaral (CDS-PP)

Jorge Paulo Oliveira (PSD)

Bruno Dias (PCP)

A Sr.^a **Presidente** (Maria das Mercês Borges): — Srs. Deputados, cumprimentando os Srs. Deputados e todos os presentes, declaro aberta a reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Pagamento de Rendas Excessivas aos Produtores de Eletricidade.

Eram 13 horas e 37 minutos.

Vamos, então, dar início aos nossos trabalhos.

Hoje, temos como primeiro ponto da ordem do dia a apreciação e votação dos requerimentos sobre as propostas de audições a realizar no âmbito desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

Todos os grupos parlamentares fizeram chegar as suas propostas, os seus requerimentos, que foram distribuídos, e começo por, atendendo a que creio que todos têm conhecimento da listagem e da pretensão dos requerimentos de cada grupo parlamentar, colocar a questão de saber se alguma Sr.^a ou Sr. Deputado desejam usar da palavra e, nesse caso, façam favor de o dizer.

Queiram ter a gentileza, o tempo para usar da palavra é vosso.

Pausa.

Sr. Deputado Luís Testa, queira ter a gentileza.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.^a Presidente, do ponto de vista genérico, acompanhamos aquilo que foi requerido pelos demais grupos parlamentares e, tendo em conta que o objetivo a que se destinam os requerimentos é, no essencial, o mesmo, independentemente do grupo parlamentar que apresenta o requerimento, não haveria também grande latitude de dissensão nesta matéria.

Contudo, verificado algum procedimento adotado, nomeadamente pelos Grupos Parlamentares do Bloco de Esquerda e do PSD, gostaria de colocar à consideração da Comissão a necessidade de, neste momento, requerermos a audição dos ex-primeiros-ministros e do atual Primeiro-Ministro, colocando à reflexão da Comissão que, se isso se manifestasse necessário para a descoberta de algum facto material ou para o apuramento de alguma matéria relevante, não fosse depois possível, como é, ainda para mais com as alterações introduzidas na última reunião da Comissão no Regulamento da Comissão, chamarmos os titulares deste tipo de cargos — chefe de Estado ou chefe de Governo —, no sentido de podermos também debruçar-nos sobre quem tinha a tutela efetiva das empresas e da matéria que está agora aqui em apreço e em análise.

A Sr.^a **Presidente**: — Questiono se mais alguma ou algum Sr. Deputado deseja usar da palavra.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Costa, do Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Jorge Duarte Costa** (BE): — Sr.^a Presidente, pela parte do Bloco de Esquerda, o nosso entendimento é o seguinte: como foi dito, pela nossa parte, em reunião plenária da Comissão de Inquérito, e secundado, até, por outros grupos parlamentares, pensamos que, depois de uma fase inicial de audições, essencialmente de reguladores e desse tipo de entidades, que nos possam dar um enquadramento mais genérico sobre o conjunto das questões e até algum esclarecimento de base que possa ser necessário, deveríamos seguir um escalonamento cronológico das audições.

Pela nossa parte, não vejo inconveniente em que esse escalonamento cronológico possa seguir os vários governos, ao longo do tempo, e tomar-se

a decisão em função de, em cada momento, se ter constatado a necessidade de ouvir o primeiro-ministro desse momento e tomar a decisão de o chamar nessa altura.

Exemplificando: vamos começar em 2004 com o governo de Durão Barroso, ouviremos o diretor-geral daquela altura, o secretário de Estado da energia daquela altura, o ministro da economia daquela altura e, nessa altura, em função da necessidade de esclarecimentos maiores, poderemos decidir chamar, ou não, o então primeiro-ministro Durão Barroso, que deveria entrar na sequência cronológica.

Este princípio pode ser seguido para todos e não assumirmos, desde já, que, por defeito, será necessário ouvir cada um dos primeiros-ministros que ocupou o lugar... Mas o que não acho é que devêssemos abdicar desta estrutura, que julgo ser a mais operacional, para termos um bom desenvolvimento dos trabalhos na Comissão de Inquérito, ou seja, uma sequência cronológica, que pode deixar pendente a chamada, ou não, a cada momento dessa cronologia, do primeiro-ministro de turno, vamos dizer assim.

A Sr.^a **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado Hélder Amaral, do CDS-PP.

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Sr.^a Presidente, começo por cumprimentar os colegas, dizendo que, de facto, foi isso que ficou subjacente e o CDS não sou opôs, aliás, ninguém se opôs, já que os requerimentos foram todos aprovados por unanimidade... E digo isto, independentemente de o CDS não ter nenhum primeiro-ministro na lista de entidades a ouvir.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Claro!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Mas ficou, no nosso entendimento — aliás, ficou aprovado no nosso Regulamento —, podermos ter agendamentos potestativos.

Temos, a todo o tempo, a possibilidade de solicitar mais documentação e a audição de mais pessoas e, portanto, não queremos transformar esta Comissão em nada que não seja o apuramento de toda a verdade e de todos os factos.

Portanto, devemos começar, como nós próprios propusemos, por ouvir primeiro técnicos e pessoas que há muito tempo fizeram denúncias sobre esta matéria — fizeram, inclusivamente, queixas à União Europeia —, depois os reguladores e, depois, ouvir os governos e as entidades que estiveram diretamente ligadas aos assuntos que queremos investigar, obviamente, de forma cronológica.

Se, e quando, entendermos ouvir mais alguém, mesmo que seja um primeiro-ministro, obviamente assim será da forma que entendermos mais útil e mais eficaz para a condução dos nossos trabalhos.

Queremos mesmo é apurar toda a verdade, todos os factos, de forma serena, calma e até às últimas consequências.

Portanto, cá estaremos, para, se, e quando for necessário, os ouvirmos, mas o que tínhamos combinado e o que tínhamos aprovado, por unanimidade, ...

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Não!

O Sr. **Hélder Amaral** (CDS-PP): — Não votámos todos os requerimentos e todas as documentações?

O que tínhamos aprovado foi exatamente neste sentido e, portanto, não vejo que seja necessário definir aquilo que já está definido.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, clarifico apenas que os requerimentos que foram votados eram relativos aos pedidos de documentação.

Os requerimentos relativos aos nomes das entidades ou individualidades a ouvir no âmbito desta Comissão de Inquérito serão votados hoje.

Seguindo a ordem de inscrição, dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Paulo Oliveira.

O Sr. **Jorge Paulo Oliveira** (PSD): — Sr.^a Presidente, Srs. Deputados, tentando, de alguma forma, explicar o requerimento do Partido Social Democrata, dou também, em parte, resposta à solicitação que foi efetuada à Comissão.

Tendo em conta a dimensão temporal do objeto que faz parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, estamos a falar de tudo aquilo que se passou entre os anos 2000 e 2018.

Neste sentido, o Grupo Parlamentar do PSD propõe que sejam requeridos não só todos os documentos e informações pertinentes para análise do objeto da nossa Comissão Parlamentar de Inquérito mas também a audição de todo um conjunto de personalidades e entidades, sejam elas de natureza pública ou privada, que tenham participado, de forma direta ou indireta, em muitas das decisões que foram tomadas ao longo do tempo, que tenham conhecimento, direto ou indireto, de muitos dos factos que irão ser objeto de escrutínio por parte desta Comissão Parlamentar de Inquérito, e que também tenham um conhecimento técnico sobre a matéria, ainda que não tenham participado de forma direta ou indireta em nenhuma destas decisões ou dos factos que irão ser averiguados, mas que possam, com o seu conhecimento, contribuir para os esclarecimento da dimensão, que é enorme,

daquilo que nos propomos avaliar, ou seja, tudo aquilo que tem a ver com o setor energético e com as ditas rendas excessivas.

Portanto, é neste pressuposto que o Grupo Parlamentar do PSD elencou um conjunto de entidades da mais variada natureza, desde logo os órgãos reguladores, a Direção-Geral de Energia e Geologia, a Autoridade da Concorrência, a Agência Portuguesa do Ambiente, que substituiu, por processo de fusão, a INAG (Instituto Nacional da Água), mas também as próprias entidades e os presidentes das empresas produtoras de energia, os presidentes dos conselhos de administração ou os responsáveis pelo financiamento do setor bancário, que é fundamental, também, nesta área, tudo isto sem qualquer juízo de valor sobre a participação de cada um deles. Não trazemos conclusões no bolso nem fazemos juízos precipitados sobre a participação de quem quer que seja.

É nesta relação, de facto, que entendemos que com o contributo de todas estas entidades podemos ficar absolutamente esclarecidos — assim esperamos nós —, sobre aquilo que nos propomos fazer e dar resposta aos oito objetivos desta Comissão Parlamentar de Inquérito.

É evidente que, a todo o momento, com o evoluir dos trabalhos, poderemos requerer novos depoimentos, a obtenção de novos documentos ou informações, ou prescindir, até, de depoimentos, se se revelar que estes são, de todo, desnecessários.

Aludo também à circunstância de, no caso concreto, os ex-primeiros-ministros e o atual Primeiro-Ministro poderem responder por escrito — aliás, é uma prerrogativa que, constitucional e legalmente, lhes é atribuída — e, portanto, esta questão estará, diríamos nós, ultrapassada se a intenção for dispensá-los de uma vinda presencial à Comissão, até porque é uma prerrogativa de que eles dispõem e não um direito que tenhamos sobre os mesmos.

A questão que fica, por isso, Sr.^a Presidente, depois desta breve exposição, é a de saber se votamos hoje todos os requerimentos para audição de todas as personalidades, de todas as entidades em relação às quais queremos que o seu depoimento seja prestado ou se, porventura, vamos fazer hoje, apenas, a votação por blocos, isto é, por decisores técnicos, por decisores políticos, por entidades. É esta a questão que lhe deixo: qual é a metodologia que vamos adotar?

Acrescento ainda, Sr.^a Presidente, e para terminar, que logo teremos uma reunião de Mesa e de Coordenadores — é público este facto —, na qual vamos tentar definir a cronologia, tema que abordámos na anterior reunião, mas não de uma forma conclusiva.

A Sr.^a **Presidente**: — Passo a palavra ao Sr. Deputado Bruno Dias.

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, há duas abordagens diferentes.

Vou começar pelo mais fácil, que é constatar aquilo que é evidente, que há duas abordagens diferentes e que ambas são necessárias: uma é sobre quem ouvimos na Comissão Parlamentar de Inquérito; a outra é sobre como organizamos as audições, a sua sequência, etc.

À partida, diria que uma coisa não deve depender da outra, ou seja, a primeira não deve depender da segunda.

Primeiro, definimos o âmbito das audições e, então, vamos lá tratar disso. O PCP não levantou nem levanta quaisquer objeções ao conjunto dos nomes de pessoas e entidades propostas pelos vários grupos parlamentares para audição nesta Comissão Parlamentar de Inquérito. Aliás, a nossa proposta foi no sentido de acrescentar, de complementar aquilo que já era conhecido relativamente a propostas de audições e não fazer, propriamente, repetições ou fazer a versão *A*, ou a versão *B*, ou a versão *C*.

A nossa proposta é complementar e acresce às outras, precisamente, por não termos objeções àquelas que estavam colocadas nos outros requerimentos. Portanto, estamos de acordo em que se façam essas e mais as que o PCP propõe que se façam. Não querendo nós, agora, pronunciar-nos sobre as propostas dos outros partidos, a partir do momento em que não objetamos, achamos que estas são indispensáveis.

Não sei se me faço entender...?

A Sr.^a **Presidente**: — Perfeitamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Dito isto, fica claro, para nós, e é factual, também, o que acaba de ser dito pelo Deputado Jorge Paulo Oliveira, relativamente à questão de, a qualquer momento no decorrer dos trabalhos da Comissão de Inquérito, poder haver a decisão da Comissão de Inquérito, perfeitamente legítima, de quer de acrescentar entidades ou pessoas a ouvir na Comissão, quer, inclusivamente, a consideração de se dispensar algum depoimento por se considerar que, afinal, não é necessário.

A partir do momento em que um partido propõe entidades ou pessoas para serem ouvidas, diria que as coisas são muito simples: se o partido mantém a proposta ela é votada. Aliás, não vejo que isto tenha mais conversa, acho que não é nada complicado!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É isso mesmo!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Se o partido tem essa proposta para ser votada, se o partido não retira essa proposta, se o partido não quer adiá-la, a proposta está à nossa frente e votá-la-emos.

Entretanto, coisa diferente é a questão de uma deliberação da Comissão que, depois de tomada, não será dispensada de forma administrativa ou de forma informal.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Claro!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, uma deliberação de chamar alguém implicará no caso de não já não se entender ser necessário, uma deliberação noutra sentido.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Exatamente!

O Sr. **Bruno Dias** (PCP): — Portanto, as coisas funcionam com transparência, com lisura, com clareza e, a partir daí, com a mesma abertura e clareza com que dissemos que não temos nenhuma objeção a qualquer um dos nomes — haja agenda para isto tudo —, manifestamos também a disponibilidade para votar, desde já, as propostas, com a certeza, porém, de que, à medida que os trabalhos forem avançando, estaremos, todos os membros desta Comissão de Inquérito, com a responsabilidade de apurar sempre o acerto e a realização daquilo que está deliberado, porque deliberado fica.

A Sr.^a **Presidente**: — Penso que ficaram mais ou menos claras as posições de cada grupo parlamentar.

Tem a palavra, de novo, o Sr. Deputado Luís Testa.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Sr.^a Presidente, obviamente que a minha interpelação à Comissão foi no sentido de auscultar — aliás, como precisou agora o Deputado Bruno Dias —, a possibilidade de os proponentes

adotarem outra visão sobre o requerido que não aquela que propunham inicialmente.

O Partido Socialista, obviamente, não tem qualquer objeção a que as personalidades cuja audição foi requerida possam, de facto, ser ouvidas pela Comissão. Chamámos, inclusivamente, a atenção para a possibilidade de, a todo o tempo, os grupos parlamentares poderem requerer audições suplementares, inclusivamente ao abrigo das disposições regulamentares introduzidas no Regulamento na última reunião plenária da Comissão, contudo houve uma questão, referida pelo Deputado Jorge Paulo Oliveira, que, acho, merece a precisão necessária.

É que, se a todo o tempo, os grupos parlamentares têm a possibilidade de requerer, adicionalmente, ou documentação ou audições de pessoas ou entidades suplementares, a partir do momento em que a Comissão delibera requerer documentação ou efetuar audições o direito de prescindência deixou de ser do proponente e passa a ser exclusivo do direito deliberatório da própria Comissão.

Portanto, uma vez deliberadas em sede de Comissão, essas audições tornam-se de carácter efetivo e obrigatório, salvo se a Comissão deliberar em sentido contrário.

A Sr.^a **Presidente**: — Não havendo mais pedidos de palavra, mantendo-se os requerimentos na Mesa sem qualquer alteração, permitam-me que ponha à consideração se votamos individualmente cada requerimento, ou se votamos por grupo parlamentar, ou se votamos os requerimentos conjuntamente.

Pausa.

Creio poder dizer que o entendimento é de que se votem em conjunto.

Pausa.

Não havendo qualquer objeção, coloco à votação os requerimentos apresentados pelos grupos parlamentares, que os fizeram chegar devidamente a esta Comissão, e que foram atempadamente distribuídos por todos os grupos parlamentares.

Conscientes da matéria em questão, ponho à votação todos os requerimentos em conjunto.

Submetidos à votação, foram aprovados por unanimidade, registando-se a ausência de Os Verdes.

Srs. Deputados, acabámos de aprovar, por unanimidade, a audição de 100 individualidades e mais 17 entidades, sendo que, de entre estas entidades, há seis presidentes cujos nomes constam da lista das 100 individualidades a ouvir. Não sei se me fiz entender, mas penso que sim.

Portanto, é muito longo o nosso trabalho. É muito longo, árduo, mas certamente passível de se realizar, não tenho a menor dúvida, e, portanto, deixo, de novo, à reflexão e todas e de todos os Srs. Deputados, a possibilidade de, em reunião de mesa e Coordenadores, podermos, de novo, voltar a refletir sobre os dias em que vamos ter de fazer este nosso trabalho.

O Sr. Luís Moreira Testa (PS): — Todos os dias do ano!

A Sr.^a Presidente: — Inicialmente, ficou aqui indicado que iríamos reunir às terças, todo o dia — duas audições às terças, é o dia todo —, à quarta no final do Plenário e, depois, excecionalmente, nos outros dias, à quinta ou à sexta.

Tentei, conforme me comprometi, fazer um exercício de disponibilidade de datas. Está feito, colocá-lo-ei à consideração dos Srs. Coordenadores, conforme acordado, na reunião que vamos ter hoje no final do Plenário, mas chamo já a atenção para o facto de apenas com um exercício muito rigoroso, aproveitando os dias em que não teremos Plenário, até ao final de julho podermos fazer, no máximo, 27 reuniões.

Deixo este tema para reflexão e, como é lógico, mantenho a minha disponibilidade para reunirmos nos dias que desejarem e que a Comissão entender e mantenho, de novo, a proposta.

Peço-vos também que ponderem e tragam já as vossas propostas — que já foram também, praticamente, abordadas — sobre as primeiras audições para procedermos já, de imediato, à sua convocatória.

Dou ainda nota que, salvo os documentos que foram solicitados ontem, ou melhor, na terça-feira, ao final do dia, todos os outros já seguiram, já foram enviados. Iremos ainda tentar fazer sair, hoje, os officios para os requerimentos que foram apresentados solicitando outros documentos aos que já tinham sido pedidos.

Nada mais havendo a acrescentar, resta-me agradecer a presença de todos e desejar um bom trabalho ao longo do dia.

Srs. Deputados, permitam-me ainda lembrar que temos até à quinta reunião para indicarmos um relator. Esta é a terceira reunião, por isso peço que ponderem, pois já não teremos muito mais reuniões para decidir sobre a nomeação do relator.

Srs. Deputados, estão assim encerrados os nossos trabalhos.

Eram 14 horas.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.